

Após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, a mencionada lista é afixada na sede da Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P., sita no Largo do Paraíso, 1, em Évora, e publicitada na página eletrónica deste Instituto, em www.arsalentejo.min-saude.pt.

Da homologação da lista de classificação final pode ser interposto recurso nos termos do Código do Procedimento Administrativo, devendo o mesmo ser apresentado ao Sr. Presidente do Conselho Diretivo da ARS do Alentejo, I. P.

29 de março de 2016. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques*.

209509858

Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas

Aviso n.º 5264/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho torna-se público que, na sequência da conclusão da 15.ª edição (2014/2015) do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os seguintes trabalhadores:

Jorge Nuno Nogueiro Gomes Morais Borges com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior e nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de dezembro, equivalente ao montante pecuniário de 1.201,48€, com efeitos a 1 de novembro de 2015;

Marta Maria Rebelo Santos com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior e nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de dezembro, equivalente ao montante pecuniário de 1.201,48€, com efeitos a 1 de novembro de 2015;

Pedro Miguel Capela Alves com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior e nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de dezembro, equivalente ao montante pecuniário de 1.201,48€, com efeitos a 1 de novembro de 2015;

Pedro Miguel Pereira Tavares com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior e nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de dezembro, equivalente ao montante pecuniário de 1.201,48€, com efeitos a 1 de novembro de 2015.

O mencionado contrato, por força do disposto nos artigos 45.º a 51.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, encontra-se sujeito a período experimental com a duração de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na cláusula 6.ª do acordo coletivo n.º 1/2009, aplicável nos termos previstos no artigo 9.º da parte preambular da LTFP.

Durante o período experimental, o contratado será acompanhado por um júri, para efeitos do previsto no n.º 1 do artigo 46.º da LTFP, com a seguinte composição:

- Presidente — Dr. António João Costa Santos Coelho
 1.º Vogal Efetivo — Dr.ª Maria Teresa Pacheco Martins
 2.º Vogal Efetivo — Dr.ª Maria Otilia Ferreira Gomes Pinto
 1.º Vogal Suplente — Dr.ª Dulce Maria Almeida Valente
 2.º Vogal Suplente — Dr.ª Tânia Cristina Ceris de Lima

13 de abril de 2016. — O Diretor-Geral, *Carlos Liberato Baptista*.
209513412

Direção-Geral da Saúde

Despacho n.º 5484/2016

Na sequência do Despacho n.º 13979/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, 26 de outubro de 2012, e após análise circunstanciada do respetivo desempenho e dos resultados obtidos, evidenciados, designadamente, no relatório de demonstração de atividades prosseguidas, informo que, ao abrigo do disposto nos artigos 23.º e 24.º do Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro) renovo, com efeitos a 15 de outubro de 2015, a comissão de serviço do Dr. Ilídio Cláudio dos Santos Correia no cargo

de Chefe de Divisão de Mobilidade de Doentes da Direção-Geral da Saúde, pelo período de três anos.

21 de março de 2016. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.
209509428

Despacho n.º 5485/2016

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do meu despacho datado de 1 de abril de 2016, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade da enfermeira, da carreira especial de enfermagem, Maria João Roque de Albuquerque Carvalho, nos termos do artigo 99.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, pelo que vai ser celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de abril de 2016, integrando um posto de trabalho do mapa de pessoal desta Direção-Geral, sendo mantida a mesma posição remuneratória do serviço de origem, Administração Regional de Saúde do Centro, IP.

1 de abril de 2016. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.

209509444

Hospital do Arcebispo João Crisóstomo — Cantanhede

Aviso (extrato) n.º 5265/2016

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 28.º da Portaria n.º 250/2014, de 28 de novembro, e para conhecimento dos interessados, torna-se pública, devidamente homologada, a lista unitária de ordenação final ao procedimento concursal para recrutamento 3 (três) postos de trabalho na categoria de enfermeiro, da carreira especial de enfermagem, do mapa de pessoal do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo, aberto pelo Aviso n.º 7601/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 132, de 9 de julho de 2015 e posteriormente retificado pela Declaração de Retificação n.º 642/2015, publicada no *Diário da República* n.º 146, de 29 de julho de 2015.

Ficam por este meio notificados todos os candidatos da referida homologação da lista de ordenação final.

A referida lista encontra-se disponível para consulta pública no placard do Serviço de Recursos Humanos do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo e publicitada na página eletrónica deste Hospital, em www.hdcantanhede.min-saude.pt.

13-04-2016. — A Diretora Clínica, *Dr.ª Maria de Lurdes de Freitas Simões de Sá Tenreiro*.

209509874

Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.

Despacho n.º 5486/2016

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 20.º e nos n.ºs 9 e 11 do artigo 21.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, tendo presente os artigos 1.º e 7.º, ambos da Portaria n.º 158/2012, de 22 de maio e a deliberação n.º 853/2012, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 29 de junho, o Conselho Diretivo do INEM, I. P. deliberou, em 15 de outubro de 2015 o seguinte:

1 — Designar, por proposta do júri do procedimento concursal, para exercer em regime de comissão de serviço, no cargo de dirigente intermédio de 2.º grau, Coordenador do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, o licenciado Sérgio José da Cunha Silva.

2 — A presente designação fundamenta-se na reconhecida aptidão, competência técnica, experiência profissional e formação do visado, conforme resulta da nota curricular publicada em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a 16 de outubro de 2015.

Súmula Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Sérgio José da Cunha Silva

Nascimento: 16 de abril de 1965 em Lisboa

Formação Académica:

2005/6 — Pós-Graduação em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) (Parte curricular de Doutoramento em Sociologia).

2001/4 — Mestrado em Administração e Políticas Públicas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

1989/94 — Licenciatura em Gestão pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL).

Formação Profissional:

2014 — Metodologias de Decisão para os Serviços Públicos (Atualização FORGEP) (20 Horas)

2009 — FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública (150h).

2008 — Liderança e Gestão de Equipas (30h)

2007 — Enquadramento Jurídico da Mobilidade Especial (35h)

2006 — Auditoria e Controlo Interno na Administração Pública (14h)

2004 — Introdução ao Controlo Financeiro — 5.ª Ed., promovido pelo INA (156h)

2000 — Código do Procedimento Administrativo: Teoria e Prática (24h)

Experiência Profissional Relevante:

INEM — Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P. — Desde 1/08/2014 até à data) — como Coordenador do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos (Cargo de Dir. Intermédia 2.ª Grau) (Formação e desenvolvimento de pessoas, recrutamento, projetos de regulamentos de RH).

IMT — Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. — Desde 1/11/2010 até 31/07/2014) — como Diretor de Serviços de Administração de Recursos (IMT sucedeu ao IMTT) (Orçamento, Contabilidade, Património, Recursos Humanos, Formação, Avaliação de Desempenho e Expediente).

ASAE — Autoridade de Segurança Alimentar e Económica — Desde 1/11/2006 até 31/10/2010 — como Diretor de Serviços Administrativos (Orçamento e Contabilidade, Património e Recursos Humanos).

Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação — Desde 05/01/2005 até 31/10/2006 — Como Chefe de Divisão de Auditoria Financeira e de Execução (SG MEI sucedeu ao GAGEST).

GAGEST — Gabinete de Gestão do ex-Ministério da Economia — Desde 25/08/2003 até 04/01/2005 — Como Chefe de Divisão de Auditoria Financeira e de Execução.

DGI — Direção-Geral da Indústria — Desde 1/1/2002 até 24/08/2003 — Como Chefe de Divisão de Apoio Técnico, exercendo funções na área da execução orçamental, aprovisionamento e logística.

INEM — Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P. — Desde 11/6/1996 até 31/12/2001 — Como Técnico Superior de 2.ª e 1.ª Classe na Direção de Serviços Administrativos exercendo funções nas áreas de Contabilidade e Orçamento.

13 de abril de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *José Manuel Mestre*.

209509493

Instituto de Oftalmologia do Dr. Gama Pinto

Aviso n.º 5266/2016

Homologação da Lista Unitária de Ordenação Final do procedimento concursal comum para ocupação de 4 postos de trabalho na carreira especial médica da área hospitalar, na especialidade de Oftalmologia, na categoria de Assistente, aberto pelo Aviso n.º 228/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6 de 11 de janeiro de 2016.

Por Despacho de 13 de abril de 2016, da Presidente do Conselho de Administração, Dra. Luísa Coutinho Santos, foi homologada a Lista Unitária de Ordenação Final do procedimento concursal para preenchimento de quatro postos de trabalho na carreira especial médica da área hospitalar, na especialidade de Oftalmologia, na categoria de Assistente, aberto pelo Aviso n.º 228/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 11 de janeiro de 2016.

Lista unitária de ordenação final homologada

1.º Jorge Manuel Zuzarte de Mendonça Godinho Ferreira: 16,9 Valores

2.º Nádia Lopes: 16,8 Valores

3.º Carlos Ferreira da Silva Perpétua: 15,1 Valores

4.º Maria Cristina Ribeiro Moreira dos Santos: 15,0 Valores

5.º Samuel Baptista Moreira Alves: 14,5 Valores

6.º Ricardo Miguel Bastos Amorim: 14,4 Valores

7.º Hélder de Sousa Simões: 12,3 Valores

Da homologação da Lista Unitária de Ordenação Final, pode ser interposto recurso administrativo, nos termos do n.º 3 do Artigo 27.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, republicada pela Portaria n.º 229-A/2015, de 03 de agosto.

13 de abril de 2016. — A Presidente do Conselho de Administração, *Dr.ª Luísa Coutinho Santos*.

209508829

Aviso n.º 5267/2016

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna -se público que, na sequência de procedimento concursal, aberto pelo aviso n.º 16479/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 238, de 10 de dezembro de 2012, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com produção de efeitos 01 de abril de 2016, ficando os trabalhadores integrados na carreira especial de enfermagem, com a categoria de enfermeiro, tendo ficado posicionados no nível remuneratório 15, 1.ª posição remuneratória, a que corresponde o vencimento de 1.201,48€, nos termos do Decreto-Lei n.º 122/2010, de 11 de novembro, com os trabalhadores a seguir mencionados:

Carmen Sofia da Rocha Lucas;

Susana Isabel Barros Pereira.

Para efeitos do disposto nos Artigos 45.º e 46.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental terá a seguinte constituição:

Presidente — Ana Berta Esteves Cerdeira, Enfermeira Supervisora do IOGP;

1.º Vogal Efetivo — Odete Nascimento Afonso, Enfermeira-Chefe do IOGP;

2.º Vogal Efetivo — Fernanda Maria Mendes Costa Nunes, Enfermeira do IOGP.

O período experimental iniciou-se com a celebração do referido contrato e tem a duração de 90 dias, determinado pelo disposto no n.º 1 do Artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

14 de abril de 2015. — A Presidente do Conselho de Administração, *Dr.ª Luísa Coutinho Santos*.

209511663

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas

Despacho n.º 5487/2016

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º e no n.º 2 do artigo 15.º, todos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi conferida pelas Leis n.ºs 13/2002, de 19 de fevereiro, 4-A/2003, de 19 de fevereiro, e 67-A/2007, de 31 de dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro, atento o despacho do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S. A., de 3 de dezembro de 2015, que aprovou a planta parcelar n.º ICTA-A5.E.201.01-A5 e o respetivo mapa de áreas relativo às parcelas de terreno necessárias à construção da obra da “Concessão Beiras Litoral e Alta — A25/IP5 — Nó do IC2/Visu — Sublanço IC2/Talhadas — Aditamento 5”, e a Resolução de Expropriar aprovada por deliberação de 3 de dezembro de 2015 do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S. A., na qualidade de gestora das infraestruturas, nos termos do contrato de concessão geral da Rede Rodoviária Nacional celebrado com o Estado, conforme foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 174-A/2007, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 226, de 23 de novembro de 2007, cujas bases foram aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio, declaro, declaro, o exercício da competência que me foi delegada pelo Despacho n.º 2311/2016, de 1 de fevereiro, do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 16 de fevereiro de 2016, ao abrigo do n.º 1 do artigo 8.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, e